“PERTUBADORES DA ORDEM”: CIGANOS MERO CASO DE POLÍCIA

Cassi Ladi Reis Coutinho[i]

RESUMO: O objetivo deste artigo é precisar o panorama sobre a situação do cigano dentro da sociedade e os discursos produzidos sobre este grupo, enfatizado a escassez de documentos que abordem de forma mais profunda o percurso dos ciganos pelo Brasil.

Não existe um número especifico que defina a quantidade de ciganos que entraram no Brasil e nem o número de etnias ciganas que vieram para este país. A documentação existente aponta para a chegada dos ciganos no Brasil, em 1574, e posteriormente este grupo aparece em documentos que relatam a sua deportação, já que Portugal os via como ociosos e prejudiciais. No século XIX os documentos apontam para perseguições impedindo as andanças dos ciganos e ordenando a sua prisão.

PALAVRAS CHAVE: Ciganos; Discriminação; Estigma.

A produção bibliográfica brasileira sobre a questão cigana é extremamente escassa, no que tange a produção historiográfica.

A documentação conhecida e existente aponta para a chegada dos ciganos no Brasil em 1574, quando ao ser degredado para este país o cigano João Torres, embarcou, provavelmente com sua mulher e filhos para o Brasil. Porém, nenhum documento aponta para o seu desembarque neste país levando um grupo de estudiosos sobre o tema apontarem para o possível desembarque e outros afirmarem que isto nunca aconteceu.

O importante a ressaltar é que muitos ciganos chegaram ao Brasil através das deportações ocorridas no século XVII, como afirma Geraldo Pieroni. A colônia foi palco do desembarque “desta gente ociosa e prejudicial por sua vida e costumes” que não tinham utilidade em Portugal. (PIERONI, 2006, p.111-114) Documentos do período apontam que o degredo era também utilizado como forma encontrada para povoar as terras além-mar.

Na cidade de Minas Gerais a sua presença é registrada a partir de 1718, local para onde se dirigem após desembarque na Bahia e vivem dentre outras coisas da ascensão econômica do comércio de escravos. O que não foi diferente no Rio de Janeiro, local onde gozaram de bastante prestigio pela comercialização dos escravos. È importante ressaltar, que a participação no comércio de escravos lhes rendeu uma maior aceitação da sociedade, devido o reconhecimento desta atividade. Começando este prestígio a decair com o fim da escravidão.

Em Minas Gerais é bastante marcante o período entre o final do século XVIII e inicio do século XIX que ficou conhecido como as "correrias de ciganos", marcadas pelos conflitos das autoridades policias com os ciganos. Os policias tratavam os ciganos como "perturbadores da ordem" justificando assim as perseguições aos grupos ou famílias de ciganos que passavam pelas cidades de Minas Gerais.

Existem muitos documentos no século XIX impedindo as andanças dos ciganos e ordenando a sua prisão. Além de que o Estado de Minas dispunha de frotas policias para resolver a questão cigana.

A presença cigana no Rio de Janeiro é percebida a partir do início do século XVIII e é marcada pela presença maciça de ciganos no Campo de Santana, planície alagadiça, posteriormente chamado de Largo do Rossio (atual Praça Tiradentes), que ficou conhecido como Campo dos Ciganos. Neste local morou José Rabelo, cigano, que foi um grande traficante de escravos. Em 1779 e 1790, estes foram obrigados a se mudar, quando Luis de Vasconcelos Souza, vice-rei, iniciou o saneamento dos brejos existentes no local.

Existem ainda referências sobre a presença de ciganos na comitiva de D. João VI, vinda para o Brasil, em 1808, assim como a sua participação em festas reais e na ocupação de cargos públicos, o que é justificado por Pieroni como medidas para solucionar a escassez de gente na colônia.

È importante registrar que em 1898 os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro assinaram acordo no qual se estabelecia que a polícia de ambos os estados pudesse penetrar nos territórios facilitando a perseguição aos ciganos.

A origem cigana é explicada como proveniente da Índia, devido à proximidade da sua cultura e costumes e da grande semelhança linguística. Alguns ciganólogos defendem que estes saíram do Noroeste da Índia, atual Paquistão, e que a causa da dispersão pelo mundo estaria relacionada a não submissão ao sistema de castas.

Os pesquisadores recentemente definiram os ciganos em três grupos, conforme definição de Rodrigo Teixeira (2009):

Calon – Numerosos na Península Ibérica, diferenciaram-se culturalmente depois de prolongado contato com os povos ibéricos. Sua língua é o *caló.*

Rom – Distribuídos em maior número de países. São divididos em subgrupos: Kalderash, Matchuara, Lovara e Tchurara.

Sinti ou *Manouch* – Sua presença é forte na Alemanha, Itália e França. Sua língua é o *sintó.*

Não existe um número especifico que defina a quantidade de ciganos que entraram no Brasil e nem o número de etnias ciganas que vieram para este país, mas Rodrigo Teixeira relata:

> "Acredita-se que até o final do século XVII existissem no Brasil somente ciganos originários da Península Ibérica, os hoje chamados *Calon,* ou *Kalé.* Mas já na primeira metade do século XIX chegaram também ciganos *Rom,* ou *Roma,* da Europa do Leste, acompanhados ou não de suas famílias." (TEIXEIRA, 2009, p.49)

Estas são definições que não podem ser comprovadas devido a falta de estudos que assegurem tais informações. São deduções oriundas dos documentos existentes sobre a questão.

Apesar do caráter nômade que os colocavam em contato com culturas e costumes diversos os ciganos conseguiram conservar, quase que intacta as suas tradições, como irá descrever Dornas Filho: "(…) espantosa capacidade de conservar os hábitos, os costumes, a língua, os meios de vida tradicional, o gosto pelas artes, principalmente a música." (DORNAS, 1948, p. 15)

Porém é possível que estes grupos tenham sofrido um processo de aculturação a medida que se relacionavam com os nativos dos locais onde passavam. Estas alterações provavelmente se ampliavam ao se tratar dos grupos sedentarizados.

Um fator marcante no reconhecimento de um cigano é a preservação de sua língua de origem, e este seria um dos pontos a serem combatidos pelas autoridades da época que a descrevia como sendo "geringonças" (gíria) ou "dialeto". Ao tratar da questão lingüística dos ciganos e sua influência na língua brasileira, Dornas Filho irá falar:

> Quanto à língua (chibé, jargão, geringonça, etc.), tem sofrido pequenas diferenciações dialetais que a afetam como o português falado no Brasil. (...) Os traços da sua passagem na nossa língua são evidentes: jargão, geringonça, gajo, calão, e uma dezena de ouiros, incorporados na *gíria* dos malandros e criminosos, estão por ai atestando. (DORNAS FILHO 1948, p.16)

Ao tratar deste ponto não podemos esquecer que a língua é um determinante fator da nacionalidade de um grupo e a manutenção e/ou permanência dos ciganos em priorizar a sua língua é um dos primeiros pontos que os tornam inassimiláveis e impróprios para o convívio no país, a medida que não se deixam penetrar pelos costumes locais fragilizando a construção de uma concepção de Estado Nacional.

É importante ressaltar que principalmente durante a década de 30 as discussões sobre o “imigrante ideal” estavam em volga. A necessidade de mão de obra no país fazia com que o governo aceitasse a entrada de estrangeiros, porém o Estado desejava receber famílias estrangeiras compostas por “brancos, católicos e anticomunistas” que assimilasse a cultura e costumes do país.

> A necessidade de assimilação, de caldeamento, dos identificáveis como alienígenas ou estrangeiros – categorias que, indistintamente, remetem a indivíduos que não nasceram no país (mesmo quando naturalizados) e aos descendentes de imigrantes portadores de identidades étnicas consideradas incompatíveis com o pertencimento à nação – porém, tornou-se uma questão urgente de segurança nacional na década de 30. (SEYFERTH, p. 199)

Desta forma o Estado adotou diversas medidas administrativas temporárias para evitar ou dificultar a entrada de grupos de imigrantes indesejáveis. Os ciganos podem ser classificados como inassimiláveis devido a manutenção dos seus costumes, tradições e línguas e por não seguirem as regras impostas pelo Estado para o convívio dentro da sociedade, não se deixando penetrar pelos costumes locais.

È possível que este comportamento tenha gerado um descontentamento que levou a perseguição e expulsão dos ciganos de vários espaços culminando na criação de uma serie de estereótipos e estigmas que fizeram com que a sociedade incorporasse o pavor e medo aos ciganos.

No governo de Getúlio Vargas foi publicado um Decreto-Lei que tratava da entrada de estrangeiros no território nacional que diz:

> Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:
> II - indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres. (...)
> Art.2º O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização. (Decreto-Lei n 406, de 4 de maio de 1938)

É possível verificar neste decreto que a presença dos ciganos no Brasil não era aceita até mesmo pela relação que se fazia deste grupo étnico com os vagabundos e indigentes devido ao seu modo de vida.

Vargas irá adotar outras medidas para os estrangeiros que adentravam o Brasil como a proibição de falarem suas línguas maternas em público e a unificação dos parâmetros escolares, evitando que os costumes estrangeiros fossem perpetuados nos grupos.

Juntamente com esta concepção percebemos o crescimento de um discurso

cientificista marcado por grandes programas de higienização e saneamento, conforme discute Lilian Schwarcz (1993), em O Espetáculo das Raças. Estas medidas visavam o controle de epidemias, o crescimento desordenados das cidades, as imigrações visando assim a formação de uma população saudável. Segundo Schwarcz (2009) "Tratava-se de trazer uma nova racionalidade cientifica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza." Os ciganos é um dos grupos, que aos olhos destes cientistas, não se inseriam nos modelos de higiene e saneamento adotados devido a seu estilo de vida marcado pelo nomadismo, mendicância e assimilados pelas autoridades como "indigentes e vagabundos".

Discutindo esta questão ao fazer relação com a repercussão da imprensa Rodrigo Teixeira deixará claro que:

> A presença dos ciganos na pauta da imprensa no final do século, expressava o incômodo que eles representavam para as elites locais. Excetuando-se as diferenças político-filosóficas, a imprensa defendia a civilização, o progresso e os avanços da ciência; o que se pode ler nas entrelinhas como sendo um projeto de educação e controle da população. Embora o público leitor concentre-se na "boa sociedade", as discussões feitas na imprensa repercutiam diretamente no cotidiano da população, em quem as imprensas fomentava as determinações políticas das elites locais. (TEIXEIRA, 2009, p.78)

Este novo conceito era tratado pela medicina tendo como objetivo diagnosticar a origem dos males que deixavam a comunidade doente, já que se acreditava que "era através da doença que se explicava o fracasso do país". Schwarcz (2009) irá ainda acrescentar que o médico higienista vai abandonar o individuo para tratar da comunidade propondo medidas diretas de intervenção na realidade social. Este período foi denominado popularmente como a "ditadura sanitária".

Outros dois pontos que serão também discutidos pela autora se tratam do controle da mão-de-obra imigrante que estaria trazendo doenças dos outros países, provavelmente os imigrantes aqui tratados seriam aqueles indesejáveis que não contribuíam para o avanço das idéias de desenvolvimento social, e o enfraquecimento biológico através da mistura racial. Este ponto demonstra que no Brasil, a questão da higiene estaria relacionada ao combate da pobreza e da população mestiça e negra.

Marcados pelo estigma da criminalidade, os ciganos sempre sofreram preconceitos na sociedade por serem considerados, trapaceiros, ladrões, mentirosos, criminosos, vadios e sujos. Esta imagem foi reforçada por memorialistas e viajantes da época que descreviam os ciganos através de estereótipos que desvalorizavam este grupo e reforçavam o processo de exclusão da sociedade, que acreditava que o cigano era sempre "o suspeito".

Segundo Erving Goffman (1988) o estigma esta relacionado com a depreciação daquele que sofre a ação: "Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito." (GOFFMAN, 1988, p.13) O autor irá ainda defender que o estigmatizado não será considerado humano o que vai facilitar a discriminação e justificar a ação.

Goffman defende a existência de três tipos de estigmas: o estigma das abominações do corpo (deformações físicas); as culpas de caráter individual e os estigmas tribais de raça, nação ou religião. Porém, iremos destacar o terceiro tipo, que nos interessa. Para ele existe um tipo de estigma baseado em características "(...) tribais de raça, nação ou religião, que podem ser transmitidos através da linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família." (GOFFMAN, 1988, p.14) É provável que os ciganos estejam inseridos neste tipo de estigma, aquele que marca todo o grupo independente das suas ações.

Os ciganos são na sua grande maioria analfabetos e não possuem documentação escrita e/ou produzida por eles que possibilitem a investigação da história através do seu ponto de vista, já que se trata de um povo de tradição oral. Esta oralidade permite a defesa dos seus valores culturais que são passados de geração a geração.

A grande maioria dos documentos produzidos sobre os ciganos se constitui de inquéritos e relatórios polícias, processos crimes, códigos de postura e noticias de jornais que mostram a visão que a sociedade tinha deste grupo étnico e o combate estabelecido pelas autoridades a sua presença. Estes documentos estão relacionados ao desconforto causado pela presença dos ciganos nos municípios e cidades.

Outro fator que é relevante na questão do estudo das fontes é o nome cigano. Dornas Filho irá defender que os ciganos conservavam os seus nomes de origem, ou seja, dos países os quais eram oriundos. Rodrigo Teixeira irá abordar que os ciganos quando estavam em transações comerciais com os *gadjós* (não-ciganos) irão adotar nomes diferentes para esconder a sua descendência cigana. Isto impossibilitaria o cliente de desistir da transação com medo de ser enganado, já que existia no imaginário da sociedade a figura do cigano

como mentiroso e trapaceiro. Faziam também uso de outros nomes para fugirem da policia como relata Dornas Filho: “Mido cumpriu parte da pena na Penitenciária de Ouro Preto, usando os seguintes nomes: Mido Luiz, Mido Anovitch, Matsa Luiz, Ferod Braga, José Braga, e Dr. Itabano, quando exercia a medicina ilegal na Bahia e Piauí.” (DORNAS, 1948, p.47)

Percebe-se que a quantidade de nomes utilizados era grande e acreditamos ser provável que muitos ciganos ao desembarcarem no Brasil adotaram nomes brasileiros para fugirem das perseguições da policia e da discriminação da sociedade o que dificulta o mapeamento da quantidade de ciganos que entraram no país.

No livro *Os Ciganos do Brasil*, escrito em 1936 por José B. D´Oliveira China encontraremos informações sobre os deslocamentos dos ciganos para a Europa Central e Ocidental e a sua presença na Espanha e em Portugal. O autor irá discutir a presença de ciganos no Brasil, utilizando-se como fontes os jornais e analisando-os em busca de compreender a presença dos ciganos em cada região do país. Outra fonte bastante utilizada pelo autor para construção do histórico de chegada e do cotidiano dos ciganos no Brasil são as leis e decretos expedidos contra eles nos séculos XVIII e XIX, que mesmo não sendo suficientes, contribuem na compreensão da história dos ciganos no Brasil.

Ao fazer investigações sobre as características lingüísticas e etnográficas dos ciganos o autor irá utilizar-se de enciclopédias e dicionários históricos e geográficos, assim como relatos de viajantes.

Em *Os Ciganos de Minas Gerais*, o historiador João Dornas Filho defende que o estudo da história dos ciganos é tão importante quanto os estudos desenvolvidos sobre os negros e os índios.

Nessa leitura encontramos o levantamento de dados sobre os ciganos nos arquivos de policia de Minas Gerais nos séculos XVIII, XIX e inicio do XX aonde o autor irá se concentrar nas quadrilhas formadas por ciganos e nas medidas tomadas pela polícia para combater e expulsar os ciganos das cidades e municípios de Minas Gerais, por estes se apresentarem como uma ameaça a segurança pública. Mais uma vez os periódicos são utilizados como fonte na compreensão do período histórico vivido por este grupo étnico. O autor tenta compreender a possível participação dos ciganos na formação étnica, moral e política do país, desenvolvendo o estudo através das crônicas, dos crimes e contravenções cometidas.

Um fator importante trazido pelo autor é a maneira como o Estado lidava com os ciganos, tratando-os como uma questão a ser resolvida pela polícia. Estava sobre a

responsabilidade da policia, associada aos costumes sociais, a escolha das medidas a serem tomadas contra os ciganos. Sendo assim, após a prisão dos ciganos era comum os policias fazerem chamadas nos periódicos alertando a população para a presença de objetos ou animais encontrados de posse destes e que haviam sido sequestrados pela policia. Partindo do pressuposto que as posses encontradas nas batidas repressivas promovidas pela polícia eram "frutos de roubos", logo as chamadas públicas nos periódicos seriam a forma daqueles que foram lesados serem restituídos. Porém, Dornas Filho demonstra que a grande maioria das vezes estes bens não eram reclamados por nenhum individuo da sociedade, o que nos leva a deduzir que os objetos pertencentes poderiam não fazer parte de furtos ou roubos.

Os primeiros autores fazem uma narrativa dos acontecimentos não fazendo uma analise critica da documentação analisada.

Rodrigo Teixeira, em *Ciganos no Brasil*, irá abordar e discutir a presença cigana no Estado de Minas Gerais num período conhecido como "*Correrias de ciganos"*, período ocorrido no século XIX e início do XX marcado pelo confronto entre policias e ciganos, que tem como característica a repressão e perseguição da policia a este grupo.

O autor trava um dialogo com as fontes formulando hipóteses sobre o papel socioeconômico dos ciganos e as mudanças na imagem que a sociedade deles formará. Discutindo a relação da imagem dos ciganos a dos vadios, devido aos costumes ciganos, como por exemplo, a vida nômade, característica deste grupo. Rodrigo Teixeira ressalta que "O vadio era, além daquele individuo sem domicilio, aquele que se recusava a seguir o ritmo e as regras do trabalho" (TEIXEIRA, 2009, p. 115).

A sociedade era extremamente intolerante com nômades e vadios e a repressão policial contra este grupo era grande, tendo como objetivo combatê-los. O nomadismo está associado a criminalidade, por ser o nômade um cidadão que desprezava as normas impostas pelo Estado.

Pretende-se, através da documentação, precisar o panorama sobre a situação do cigano dentro da sociedade e os discursos produzidos sobre estes grupos.

Diante dos estudos levantados sobre os ciganos buscaremos fazer uma abordagem que se apoiará principalmente na "analise dos pormenores" e de "pistas imperceptíveis" que permitam a compreensão do universo estudado. Buscando compor histórias de acusações feitas aos ciganos, assim como delitos cometidos por eles, traçando, sempre que possível a trajetória dos grupos, a partir do cruzamento de fontes, compondo assim, pequenos quadros históricos.

Encontramos essa estratégia de cruzamento das fontes, por exemplo, no trabalho de Edward Thompson sobre os costumes, cultura e tradições populares do século XVII. Essas fontes serão cruzadas com outras de natureza descritiva, a exemplo dos jornais. Este cruzamento possibilitará a rede de ligações entre fontes de diversos tipos – "qualitativas" e "quantitativas" – para acompanhar as trajetórias do grupo estudado.

A utilização do método indiciário de Ginzburg (1987) será extremamente importante para analise dos rastros e vestígios existentes nas fontes a serem trabalhadas, buscando as relações entre os grupos. Tal metodologia nos possibilitará uma observação cuidadosa das fontes atentando para aspectos significativos que possam contribuir para a compreensão do objeto a ser estudando.

---

[i] Doutoranda em História na Universidade de Brasília. Bolsista da CAPES. cassiladi@yahoo.com.br